

Letra H

Categoria	Grupos
Ajudante de corte	I-B e I-C2
Ajudante de eletricista	VI
Ajudante de fogueiro dos 3.º e 4.º anos	IX
Arrumador	X-A e X-C
Bordador especializado	I-A, I-B e I-C2
Caixeiro-ajudante	X-C
Cerzideira	I-B e I-C2
Chefe de limpeza	XII
Colador	I-B, I-C2 e I-E
Cortador	I-F
Costureira especializada	I-B, I-C1, I-C2, I-E e I-F
Costureira qualificada	I-A e I-E
Distribuidor	X-A e X-C
Distribuidor de trabalho	I-B e I-C2
Embalador	X-A
Empregado de balcão	VIII
Empregado de refeitório	VIII
Etiquetador	X-A
Operador não especializado	IV e V
Orlador especializado	I-C2
Passador	I-F
Porteiro	III
Revistador	I-B e I-C2
Servente	V
Termocolador	I-B, I-C2 e I-E
Tricotador especializado	I-B e I-C2
Vigilante	XI-C
Ajudante de branqueador	I-G
Ajudante de engomador	I-G
Ajudante de secador	I-G
Ajudante de vaporizador	I-G
Apanhadeira de malhas ou rendas	I-G
Bobineira ou encarreteira	I-G
Cerzideira de malhas ou de rendas	I-G
Cortadeira manual, talhadeira ou riscadeira	I-G
Cortador mecânico	I-G
Cortador de relevo	I-G
Enfiadeira de máquinas «Cotton»	I-G
Fechadeira	I-G
Maquinista de máq. de agulhetas plásticas ou aço	I-G
Maquinista de máq. de bordar de cabeças	I-G
Maquinista de máq. circulares ou mecânicas	I-G
Maquinista de máq. circulares mecânicas e jacquard	I-G
Maquinista de máq. de cobrir borracha	I-G
Maquinista de máq. Cotton Ketten e Raschel	I-G
Maquinista de máq. de fab. de cordões e «soutache»	I-G
Maquinista de máq. de fabrico de franja ou galões	I-G
Maquinista de máq. de fab. de ouro ou prata met	I-G
Maquinista de máq. de fab. de «tricôt» e «filets»	I-G
Maquinista de máq. de fab. de ouro ou prata met	I-G
Maquinista de máq. rectas manuais e ou motorizadas ou automáticas	I-G
Noveleira ou enoveleira	I-G
Oficial de mesa	I-G
Polidor de fios	I-G
Preparador de cargas de bobinas	I-G
Recortadeira ou enroladeira	I-G
Remalhadeira	I-G
Retorcedor	I-G
Seladeira	I-G
Texturizador	I-G
Tricotador manual	I-G

Nota - As letras A; B; C; D; E; F; G e I do anexo III mantêm-se.

Porto, 30 de Junho de 2016.

Pela, Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, Confecção e Moda - ANIVEC/APIV:

Alexandre Monteiro Pinheiro, na qualidade de mandatário.

Maria Manuela Fonseca Folhadela Rebelo, na qualidade de mandatária.

Pela Federação de Sindicatos da Indústria, Energia e Transportes - COFESINT, em representação do SINDEQ - Sindicato das Indústrias e Afins e SITEMAQ - Sindicato da Mestrância e Marinhagem de Marinha Mercante, Energia e Fogueiros de Terra:

Osvaldo Fernandes Pinho, na qualidade de mandatário.

Fernando Ferreira Marmelo, na qualidade de mandatário.

Depositado em 19 de julho de 2016, a fl. 196 do livro n.º 11, com o n.º 108/2016, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Contrato coletivo entre a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, Confecção e Moda - ANIVEC/APIV e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE - Alteração salarial e outras

Alteração salarial e outras ao contrato colectivo de trabalho entre a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, Confecção e Moda - ANIVEC/APIV e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de Maio de 2006, com as alterações publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 9, de 8 de Março de 2007, n.º 18, de 15 de Maio de 2008, *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 21, de 8 de Junho de 2009, n.º 23, de 22 de Junho de 2010, *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 30, de 15 de Agosto de 2011 e *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 10, de 15 de Março de 2015.

Cláusula 1.ª

1 e 2- (*Mantêm-se.*)

3- O presente contrato colectivo de trabalho abrange cerca de 4000 empregadores e 75 000 trabalhadores.

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

1- (*Mantêm-se.*)

2- A tabela salarial e o subsídio de refeição vigorarão por 12 meses, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.
3, 4, 5, 6 e 7- (*Mantêm-se.*)

Cláusula 26.^a

Adaptabilidade dos horários de trabalho

Para além do regime da adaptabilidade previsto na lei laboral, as empresas podem observar um regime especial de adaptabilidade do período de trabalho, nos termos constantes dos números seguintes:

1 e 2- (*Mantêm-se.*)

2.1- Nos regimes de laboração de dois e três turnos, o aumento do número de horas do período normal de trabalho semanal poderá ser feito ao sábado, até ao máximo de oito horas e durante 10 sábados por período de referência;

2.2- As horas de aumento de trabalho referidas no 2.1 desta cláusula conferem um acréscimo de retribuição de 15 % da retribuição base por cada hora completa de serviço, ou um acréscimo de 15 %, no período de descanso compensatório a cumprir durante o período de referência.

3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16- (*Mantêm-se.*)

Cláusula 27.^a

Organização e funcionamento do trabalho por turnos

1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7- (*Mantêm-se.*)

Cláusula 27.^a-A

Turnos especiais

1- As empresas podem organizar turnos especiais que permitam a laboração de sábado a segunda-feira, bem como nos dias feriados, excepto os feriados dos dias 1 de Janeiro, 1 de Maio e 25 de Dezembro, e nas férias dos restantes trabalhadores.

2- Nenhum trabalhador pode ser deslocado contra a sua vontade para trabalhar nestes turnos.

3- O período normal de trabalho diário de cada turno não poderá exceder doze horas.

4- Por forma a não prestarem mais de seis horas de trabalho consecutivo, os trabalhadores têm direito a um ou mais intervalos de descanso de trinta minutos.

5- Para efeitos da retribuição dos trabalhadores abrangidos por este regime:

a) Considera-se que as primeiras oito horas de trabalho, por jornada, são remuneradas tendo por base o valor da retribuição horária normal correspondente à categoria profissional respectiva e as restantes são remuneradas com um acréscimo de 100 %;

b) Os trabalhadores têm ainda direito ao subsídio diário de refeição, subsídios de férias e de Natal e demais prémios aplicáveis aos trabalhadores que laboram no regime de três turnos.

6- Os trabalhadores estão sujeitos a uma vigilância especial o médico do trabalho e devem ser submetidos a exames periódicos semestrais para controlar o seu estado de saúde.

7- Sempre que o médico de medicina do trabalho da empresa constatar que a laboração neste regime especial está a afectar a saúde do trabalhador, a empresa, sempre que isso seja possível, deve deslocar o trabalhador para um dos outros turnos.

8- Os trabalhadores devem gozar duas semanas consecutivas de calendário de férias, podendo as outras duas ser gozadas separadamente.

Cláusula 27.^a-B

(Laboração em regime de quatro turnos diários)

1- As empresas podem organizar a laboração em regime de quatro turnos, fixos ou rotativos, cujo período normal de trabalho não pode ser superior a seis horas diárias e a trinta e seis horas por semana.

2- Nas secções que laborem em regime de quatro turnos diários de seis horas cada turno, o período normal de trabalho diário será cumprido a partir das 6h00 de segunda-feira e até às 24h00 de sábado, excepto para o quarto turno que será das 0h00 de terça-feira às 6h00 de domingo.

3- Os trabalhadores que prestem serviço no regime de quatro turnos diários não gozam o intervalo de descanso de trinta minutos.

4- A transferência para o regime previsto nesta cláusula, e ulteriores alterações depende do acordo do trabalhador.

Cláusula 49.^a

Descanso semanal

1- Consideram-se dias de descanso semanal o sábado e o domingo.

2- Poderão deixar de coincidir com o sábado e o domingo os dias de descanso:

a) Dos porteiros.

b) Em exposição ou feira.

c) Dos trabalhadores das lojas de fábrica ao serviço nos estabelecimentos de venda ao público, nomeadamente outlets, centros comerciais e grandes superfícies comerciais, garantindo-se que o dia de descanso semanal coincida com o domingo pelo menos uma vez em cada quatro semanas.

d) Trabalhadores em regime de turnos nos termos e limites previstos no âmbito das cláusulas 25.^a, 27.^a-A e 27.^a-B.

3 e 4- (*Mantêm-se.*)

Cláusula 98.^a

Comissão paritária

1- (*Mantêm-se.*)

2- Compete à comissão paritária interpretar as disposições do presente contrato e, bem assim, proceder à redefinição e enquadramento das categorias e carreiras profissionais durante o ano de 2016, a integrar em futura revisão deste CCT. Para tanto, a CNP e a CNS comprometem-se a constituir um grupo de trabalho, para cumprir tal desiderato.

3 e 4- (*Mantêm-se.*)

ANEXO I-A

Tabela salarial

Sector da produção

Janeiro a Abril de 2016

Grupos	Remunerações mínimas Euros
A	851
B	749
C	671
D	600
E	562
F	530
G	530
H	530
I	530

Maio a Dezembro de 2016

Grupos	Remunerações mínimas Euros
A	861
B	759
C	681
D	610
E	572
F	540
G	534
H	532
I	530

Subsídio de alimentação - 2,40 euros.

Nota à tabela - As categorias de bordadora, preparadora e acabadora, enquadradas na letra I, auferem a título excepcional e transitório o montante de 531 euros.

ANEXO I-B

Sector administrativo

De Janeiro a Abril de 2016

Grupos	Remunerações mínimas Euros
A	889
B	775
C	695
D	660
E	640
F	565
G	535
H	530

De Maio a Dezembro de 2016

Grupos	Remunerações mínimas Euros
A	899
B	785
C	705

D	670
E	650
F	575
G	545
H	530

Subsídio de alimentação - 2,40 euros.

ANEXO II

Categorias profissionais - Alteração

GRUPO III

Serviço de vigilância

É eliminada a categoria profissional de guarda. Os/As trabalhadores/as com estas funções serão reclassificados/as em porteiros/as.

ANEXO III

Enquadramentos profissionais

Categoria grupo H - eliminar a categoria profissional de guarda.

Porto, 20 de Maio de 2016.

Pel'A Associação Nacional das Indústrias de Vestuário, Confecção e Moda - ANIVC/APIV:

Alexandre Monteiro Pinheiro, na qualidade de mandatário.

Maria Manuela Fonseca Folhadela Rebelo, na qualidade de mandatária.

Pel'A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE:

Manuel António Teixeira de Freitas, na qualidade de mandatário.

Delfina Maria Oliveira Vieira, na qualidade de mandatária.

Isabel Cristina Lopes Tavares Tavares, na qualidade de mandatária.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - FESETE, representa os seguintes sindicatos:

Sindicato Têxtil do Minho e Trás-Os-Montes.

SINTEVECC - Sindicato dos Trabalhadores dos Sectores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do Distrito do Porto.

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro.

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul.

Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil do Distrito de Aveiro.

Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa.

Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta.

SINPICVAT - Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio de Vestuário e de Artigos Têxteis.

Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Confecção e Têxtil do Norte.

Sindicato do Calçado, Malas e Afins Componentes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-Os-Montes.

Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio do Calçado, Malas e Afins.

Depositado em 15 de julho de 2016, a fl. 196 do livro n.º 11, com o n.º 106/2016, nos termos do artigo 494.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Contrato coletivo entre a Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal e outra e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outro - Alteração salarial e outras

Contrato colectivo entre a Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal e outra e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e outro com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 36, de 29 de Setembro de 2015.

CAPÍTULO I

Área e âmbito

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

1- A presente convenção colectiva de trabalho, adiante designada CCT, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4, de 29 de Janeiro de 2012, abrange, por um lado, as empresas de comércio e serviços (CAE 46214, 46211, 46240, 46350, 46441, 46494, 46493, 47111, 47112, 47191, 47210, 47230, 47250, 47260, 47291, 47292, 47410, 47482, 47510, 47521, 47522, 47523, 47530, 47540, 47593, 47610, 47630, 47711, 47712, 47721, 47722, 47591, 47592, 47740, 47750, 47781, 47782, 47770, 47650, 47640, 47761, 47420, 47790, 47910, 47810, 47820, 47890, 47990, 95230, 95210, 95250, 77310, 77320, 77330, 77390, 77210, 62020, 62030, 58110, 58120, 58130, 63120, 95110, 62090, 59130, 92000, 96021,

96022, 96030, 93130) filiadas na Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal e na Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Barreiro e Moita e, por outro, os trabalhadores representados pelas organizações sindicais outorgantes, qualquer que seja o seu local de trabalho.

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- Esta convenção colectiva de trabalho abrange 4760 empresas e 6520 trabalhadores.

Cláusula 2.^a

(Vigência e denúncia)

1- As tabelas salariais constantes no anexo III-A produzem efeitos a partir de 1 de Julho de 2016.

2- (...)

3- (...)

4- (...)

5- (...)

6- (...)

(...)

CAPÍTULO IV

Retribuições

(...)

(...)

Cláusula 22.^a-A

(Subsídio de refeição)

1- Os trabalhadores terão direito a um subsídio de refeição no valor de 2,00 €, por cada dia de trabalho efectivamente prestado, sempre que prestem cinco ou mais horas por cada dia de trabalho, sem prejuízo de valores mais elevados já em prática nas empresas.

2- Os trabalhadores que prestem menos de cinco horas diárias receberão o valor acima mencionado em proporção do período normal de trabalho semanal.

3- Nas empresas em que seja fornecida alimentação não é devido pagamento de subsídio de refeição nos termos dos números anteriores.

(...)

CAPÍTULO XIII

Disposições gerais e transitórias

(...)

Cláusula 73.^a

Cláusula de salvaguarda

É garantido a todos os trabalhadores um aumento mínimo de 5,00 €, sempre que da aplicação das tabelas ora aprovadas se verifique mudança de tabela de remuneratória para tabela inferior.